

**ATA DA REUNIÃO-CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL**  
**CMDR**

**Data: 08 de Maio de 2025- Horário 14:30hs**

**Local: Auditório do 7º andar do Paço Municipal**

---

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, Presidente Juarez, deu inicio a plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural cumprimenta a todos que estão presentes no auditório e aos que estão participando remotamente, justifica a ausência do conselheiro Renato Veneziani, do Sindicato Rural, Fernando da Associação dos Engenheiros e Arquitetos e Pollyanna Drummond da SGHO, Elizabeth Bismarck da Secretaria de Saúde. Submete para aprovação a ata do dia 09 de abril de 2025, pergunta se todos receberam por e-mail, se tiverem algum comentário ou sugestão para se manifestarem. Nenhuma observação ou manifestação, ata do dia 09 de abril de 2025 aprovada. Como informes Juarez comenta a respeito do abaixo-assinado trazido pelo conselheiro Vinícius, dos moradores da região da Terra Boa, referente à EDP. A secretaria da SEURBES abriu um processo administrativo, de número 49.738/2025, que seguirá os trâmites internos da prefeitura, seguirá para a concessionária para a Diretora Lola, sendo o contato com a EDP, para que tome as devidas providências. Esse processo trará resposta ao abaixo-assinado e à solicitação feita. O Henrique, da Agropecuária São Clemente, havia pedido a intervenção do Conselho na questão da fiação exposta, que atrapalha o fluxo dos caminhões de gado que transitam especialmente na região norte. A secretária executiva Marisa fez contato com a SEMOB, está sendo



agendando uma vistoria, e vai contar com a presença do Henrique e o Vinícius se quiser acompanhar. Será feito o percurso para ver onde está o problema no trajeto desses caminhões. Em conversa com a Flávia, da EDP, sobre o 156 Rural, ela ficou de levar internamente, verificar como isso foi tratado na EDP, e trazer um retorno. Continuando com os informes, fala sobre uma demanda trazida na reunião passada, pelo conselheiro Vinícius Correa, sobre o pagamento dos serviços ambientais das propriedades rurais. E, para dar sequência a esse assunto, é possível que seja feito um PSA para os produtores rurais, mas é preciso discutir ainda alguns detalhes de formato, de como isso vai ser. Enfim, tem um caminho a ser trilhado para que seja possível executar esse programa. O engenheiro Denison, do Departamento de Gestão Ambiental da SEURBS, fará um breve relato de como foi a experiência do PSA do Ribeirão das Couves., para que possam ter uma noção melhor do que se trata, para quem não conhece, como é que funcionou o pagamento dos serviços ambientais. Denison cumprimenta a todos, se apresenta como engenheiro agrônomo, atua no Departamento de Gestão Ambiental, fará uma breve apresentação, conceituando os principais pontos que guardam o arcabouço de PSA no município de São José dos Campos. A base legal de como se deu o amadurecimento da legislação que trata dessa política nacional de pagamentos por serviços ambientais. Em 2021, a lei federal que instituiu a política nacional por pagamentos por serviços ambientais. Uma legislação relativamente precoce, na vanguarda desse tópico, pagamentos por serviços ambientais, São José dos Campos veio na vanguarda, porque, em 2012, ele já instituiu a lei que traz o programa municipal para o pagamento por serviços ambientais. Então, muito antes da política nacional, São José dos Campos já tinha a legislação que

instituiu esse programa. Na sequência, de 2012/2013, houve a necessidade de regulamentar essa lei. Então, já foi posto o decreto, número 16.086, de 2023, que regulamenta o programa de pagamento por serviços ambientais. A lei, basicamente, trouxe os conceitos sobre o PSA, alguns modelos de modalidades de PSA que poderiam ser executados no município. Ela desenha uma visão mais macro de como se dá um programa de PSA no município. Contudo, o decreto regulamentou coisas mais específicas. Ele começou a ponderar quais são os critérios para a inclusão de propriedades. E, mais ou menos, ele traz também os modelos que podem ser aplicados, e quais são as ações que estão previstas nessa legislação. Mas tudo isso traz o arcabouço de como organizar esse programa. Em 2013, ainda houve a legislação que criou o Fundo Municipal de Serviços Ecológicos. Ou seja, foi criado o fundo que, vinculado a essa lei, ele traz o recurso financeiro para se conseguir instituir os programas. Ou seja, possui a legislação, já muito antes da legislação federal, o decreto que regulamenta essa legislação e também um fundo que faz toda essa roda girar. Então, São José dos Campos, desde 2012, 2013, começou a engatinhar, bem à frente dos demais, na questão de programas de PSA. Essas informações estão disponíveis no site da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade. Denison esclarece que, em números do que foi o projeto piloto que foi desenvolvido, começou a ser executado em 2016. O projeto se chama Projeto PSA Ribeirão das Couves. Ele foi implantado na Bacia Ribeirão das Couves, que é a bacia hidrográfica que abastece o distrito de São Francisco Xavier. É uma bacia de abastecimento público, prioritária. Esse projeto que foi instalado, ele abrangeu, entre as áreas que foram conservadas e remuneradas, e as áreas que foram restauradas, foi realizado o plantio, aproximadamente



170 hectares, arredondando os números. Ou seja, uma área bem abrangente quando considerada a área total da bacia. Então, teve, basicamente, ações feitas de conservação daquela floresta que já estava em pé, e também a restauração, o plantio no entorno dessa bacia para melhorar a captação de água e também a qualidade. Inclusive, esses pontos foram monitorados ao longo do programa. Foi monitorada a qualidade de água durante todo o projeto para ver se, de fato, era possível constatar alguma melhora na qualidade, em parceria com a Sabesp. Em números, sendo de uma forma bem resumida, ao longo de 2016 até 2021, a bonificação aos proprietários das propriedades foi de uma soma de R\$ 81 mil, aproximadamente. Essa bonificação não é um cálculo muito trivial, porque ela leva em consideração vários aspectos que a legislação obriga a seguir. É preciso fazer uma valoração, estipular notas, para ponderar qual vai ser a remuneração por propriedade, ela não é um valor fixo. Quem produz mais água, quem conserva mais, recebe mais. Na tela Denison apresenta algumas imagens para exemplificar. O projeto de restauração, são as imagens brancas, são as áreas que foram realizadas os plantios. Essas áreas de plantio ficaram bem próximas da cidade, é o Ribeirão das Couves, que atravessa a cidade, e foi feita o plantio no entorno dele. Essa área de plantio era da magnitude de uns 35 hectares, aproximadamente. Mostra a imagem de uma área em 2018, áreas de pastagem, de áreas bem declivosas do entorno e a imagem de 2023, áreas já contidas no interior dos polígonos já demonstram uma formação florestal. Ou seja, basicamente, de 2018 a 2023, conseguiram já formar o início de uma floresta que agora tende a caminhar com as suas próprias pernas, mas essa é uma distância muito grande. Em outras imagens, mostra o talude, de um dos morros executaram o projeto de restauração. A mesma

imagem de 2018, e à direita a imagem de 2023. É possível ver uma progressão da cobertura do solo com uma formação mais florestal. Uma paisagem já bem diferente da pastagem que está à esquerda. Em outra imagem, mostra a mesma percepção, pode ver o início, na introdução do projeto, a área onde foram plantadas as mudas, a demarcação das coroas, na imagem da esquerda, na imagem da direita já é possível ver que essa área que foi preparada, já está com uma cobertura florestal bem expressiva. Numa outra imagem tem a mesma observação, é possível ver as áreas que foi introduzido o plantio, bem demarcado na imagem da esquerda e na imagem da direita já tem uma formação florestal bem densa, essa área ficou muito boa do ponto de vista de sucessão ecológica. Em outra imagem, traz também a perspectiva, que a área estava em preparo ainda, uma passagem que estava degradada, onde conseguiram fazer o controle dessas espécies invasoras e introduzir o componente florestal. Então o PSA ele bonificou aquelas pessoas que já tinham uma floresta muito madura, que produziu muita água, tinha muitas nascentes, então essas propriedades nem sempre entraram no programa ofertando áreas para plantio, para recuperação, recomposição da vegetação, mas áreas que já tinham floresta consolidada. Em outra imagem, mostra um ponto referencial que é uma residência abaixo, e o plantio sendo realizado no entorno dela, e na imagem da direita o componente florestal fazendo essa cobertura no entorno dessa residência. Juarez agradece o engenheiro Denison, pela participação. Abre para perguntas dos presentes e para os que estão de forma virtual. Com a palavra Vinícius Correa do Ponto Rural, que parabéns o engenheiro Denison pela apresentação e quando vê o antes e o depois de um serviço ecossistêmico bem emprestado, é impactante positivamente. Excelente. Pergunta ao Denison, “Quando você

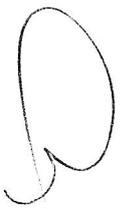
fala restauração nessa tabela, 0,41, a gente está falando de 0,25, 0,41, a gente está falando especificamente de plantio, de vegetação nativa e remoção de exótica ou não?”. Denison responde que sim, o termo restauração está como sinônimo de plantio. Vinícius Correa pergunta se “conservação seria o cercamento? Seria propriamente a cerca física para delimitar essas áreas, para que não houvesse pisoteio de animais, esse tipo de coisa?”. Denison responde que algumas daquelas áreas de conservação foram cercadas, mas a grande maioria não foi cercada. Porque a bonificação, nesse caso, leva em consideração só a floresta em pé, madura já. Não necessariamente as propriedades tinham atividade de pecuária. As propriedades que tinham atividade de pecuária e que o gado estava adentrando nessa vegetação, essas sim foram cercadas. As áreas que não possuía pecuária, mas floresta madura em pé, elas não necessariamente receberam cercamento. Vinícius Correa, pergunta “de que forma foi feito esse pagamento para essas três propriedades que já tinham essa floresta em pé?”. Denison responde que esse pagamento, nesse programa ele foi feito em espécie, direto na conta do proprietário, frente a um período que é estipulado no edital do programa. “Nesse caso, salvo engano, são seis meses”. Vinícius Correa pergunta “se ele tem que justificar com notas sobre o que ele está adquirindo ou não? Por exemplo, existe um reconhecimento?”. Ela dá oportunidade de criação de projetos, uma série de especificações que podem ser reconhecidas como fins ambientais. Nesse caso, foi feito pagamento em espécie para esses produtores. A minha dúvida é, esses produtores receberam, fora o que foi feito para o Antioly, eles receberam porque a prefeitura reconheceu as áreas preservadas, e ele recebeu uma bonificação através desse programa, mesmo que parcelado, ou ele teve que apresentar um projeto

para cercar outras áreas, e a justificativa desse emprego pecuniário é só para custear os gastos que ele teve?”. Denison responde que a bonificação em espécie é um dos modos que a legislação permite que sejam feitos pagamentos por serviços ambientais. Um programa de PSA pode fazer vários ao mesmo tempo. Ele pode pagar em espécie e ele pode pagar em assessoria técnica, por exemplo. Então, por exemplo, como município, uma assessoria técnica do ponto rural é alguma coisa, orientação para manejo do gado, boas práticas de conservação de solo, tudo isso a legislação tem flexibilidade. Vinícius Correa pergunta se “Uma extensão rural pode ser visada para ganhos ambientais e financiada através do PSA?”. Denison responde que sim, são várias modalidades. Quando o edital foi aberto, esse programa foi aberto pelo município, ele assumiu, perante a legislação que dava a abrangência para ele, que eles poderiam fazer a bonificação em cima de floresta madura, mas também, como era uma bacia prioritária de abastecimento público, que cabia a restauração, eles fizeram as duas ações, restauração com recurso público, esse recurso não foi diretamente do município, esse recurso foi pleiteado junto ao CEIVAP ou mais precisamente, diretamente do Fundo de Serviços Ecosistêmicos, que foi pago R\$ 80 mil de bonificação e o restante da restauração toda foi com dinheiro do CEIVAP, nenhum real do município de São José. Vinícius Correa parabeniza o presidente Juarez pela sensibilidade com o produtor rural, com o setor rural, sempre levando em consideração o equilíbrio entre a questão ambiental e a produtividade agrícola e ao engenheiro Denison pela apresentação. Que o assunto é extremamente incipiente diante do tamanho dos problemas e das vantagens ambientais que tem na zona rural de São José, mas é a prova de que pode funcionar muito bem. Então, parabeniza a todos e provoca o

colegiado para entender como é importante, criar uma comissão de trabalho, uma equipe, para começar a avaliar a possibilidade de criar-se um projeto para ser apresentado para o COMAM, talvez fosse o caso, porque o COMAM é o conselho gestor, nesse caso, para que leve essa discussão para frente. Presidente Juarez agradece a participação Vinicius, onde nas reuniões passadas colocou a questão do pagamento dos serviços ambientais e, merecidamente, os produtores rurais que são os principais atores, merecem um reconhecimento e um trabalho. Que, com certeza, implantar um programa de pagamento dos serviços ambientais na área rural, mas trabalhar a quatro mãos, com contribuições, para formatar detalhes, como linha de corte, quem atende, tamanho de propriedade, quais são os critérios. Uma série de detalhes, e principalmente, aguardar a vinda do secretário, Marcelo Manara, que está em João Pessoa, no Fórum Nacional de Águas, para que ele possa ajudar a pilotar esse programa. Recursos para iniciar o programa têm, mas vai depender de acertar esses detalhes. Presidente Juarez agradece Denison do Departamento de Gestão Ambiental, que é multifacetário, toda equipe que iniciou o projeto e o Denison, ajudado na sequência dos projetos do FEHIDRO, que estão sendo tocados, três projetos de restauração, R\$ 3,6 milhões investidos. O Denison está ajudando a pilotar esse trabalho, a parte de engenheiro agrônomo também. As 20 propriedades, são 120 hectares, R\$ 3,6 milhões da região norte do município, com recursos do FEHIDRO, onde pretendem entregar, onde era pastagem, ou nascentes, não tinha nada, vai ter uma mata restaurada. E, com certeza, na próxima semana, vão avançar, discutindo com o secretário, envolvendo os outros setores. Será feito um trabalho com o ponto rural, que é o foco dessas solicitações do produtor na cidade. Presidente passa a palavra para Jeferson, do Desenvolvimento



Econômico do Estado, que agradece a oportunidade. Vai apresentar um pouco do SP Produz. Trabalha na Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo. Esse programa é uma reformulação do antigo APL. O edital do APL, ele era um edital bianual, acontecia a cada dois anos. A partir de 2024, na gestão do secretário Jorge Lima, o edital passou a ser anual. Então, ele aconteceu ano passado, acontece esse ano, e o ano que vem tem novo edital de SP Produz. E uma das coisas que foi mudado em relação ao edital é que deixou de ser APL e passou a ser CPL. Então, aquilo que era arranjo produtivo local passou a ser cadeia produtiva local e quais os benefícios disso. Onde tem cadeia produtiva, tem credibilidade, transparência, porque o projeto é todo via portal. Então, não existe documentação entregue para ser analisada, tudo é feito via um portal. Existe o edital, deve ser aberto amanhã teve alguns atrasos e tudo indica que ele será disponibilizado amanhã, o edital 2025. No edital de 2022, o governo do Estado de São Paulo tinha disponibilizado cerca de R\$ 500 mil para o projeto no antigo APL. A partir de 2024, aumentou um pouco o recurso. E, de R\$ 500 mil subiu para R\$ 30 milhões para projetos de fomento das cadeias reconhecidas. Desses R\$ 30 milhões, foram usados 18 milhões. Então, o SP Produz visa municípios pequenos, onde se pega as regiões administrativas, São José, Sorocaba, Campinas, três cidades que têm recurso, por conta de fábricas e tudo mais. Mas pega municípios pequenos e o SP Produz, ele leva recurso através de projetos. O principal objetivo tem toda essa questão de desenvolvimento econômico e regional, mas o principal objetivo é geração de governança. É criar entidades, pessoas, capacitar para que possam lidar com recurso, com documentação, para que esse recurso chegue até essas regiões. Até o modelo de APL, na versão nova, é dividido em quatro níveis de



maturidade. E, tem aqui o primeiro nível aglomerado, como exemplo de uma cadeia produtiva do leite, entre 70, 100, 200 produtores de leite, um aglomerado. Quando conseguem demonstrar, através de documentação, que são organizados, tem uma cooperativa que está se iniciando, uma associação de produtores de leite, segue para o próximo nível. Governança estruturada, CPL em desenvolvimento, quando é possível demonstrar a diversidade de atores, é o leite, produtores, manejo de gado, vacinação, alimentação, transporte, armazenamento, beneficiamento. Quando isso é demonstrado, atinge um próximo nível, uma CPL consolidada. Quando demonstrar que isso gera impacto local, territorial, vai para o nível maduro. Se tirar essa cadeia produtiva dessa região, isso gera impacto, onde famílias vão ser prejudicadas, a região vive desse produto, dessa cadeia produtiva de leite. Isso tudo submetido ao portal do SP Produz, a documentação é avaliada. O edital é anua, cada selo vale por dois anos. Para começar um CPL, primeiro precisa ter um CNPJ sem fins lucrativos, com, no mínimo, dois anos de idade. Podem participar de uma CPL, associação de produtores, cooperativa, associação comercial. Abre-se o portal, submetem os documentos, baseado no edital, o segundo processo têm caráter eliminatório. Se apresentar tudo certo, vai para a próxima fase onde é feita a avaliação de planejamento estratégico de negócio. Esse planejamento poderá constar, a solicitação de ter uma cooperativa, qualificar mão de obra, construir uma sede, comprar um caminhão para transporte, isso tudo deverá estar escrito no projeto. A próxima fase será para o nível de maturidade, quando é reconhecido tudo, de acordo com a documentação, e cada um dos critérios, em qual nível essa cadeia se encontra. Como exemplo cita em

Cunha tem a CPL da cerâmica e tem potencial também para CPL de azeite.

Não é financiamento, não é dinheiro para pagar lá na frente, é recurso disponibilizado para projetos de fomento. Que teve 34 projetos, o governo tinha disponibilizado em 2022 cerca de 500, 520 mil reais em todos os projetos, e o ano passado isso subiu para 50 milhões. Esse ano não sabe se vai ter edital de fomento, mas conhece um pouco da administração do governador de SP, a expectativa, é de vir mais recursos do que isso, para novos projetos. Foi utilizado perto de 18 milhões, 12 milhões voltaram para os cofres públicos. A distribuição do recurso é feita de acordo com os quatro níveis da CPL. O aglomerado, como ele não tem governança, ele não acessa recurso, porque precisa de alguém que preste conta, alguém que cuide de dinheiro, de recurso público. A partir da CPL em desenvolvimento, projetos de até 250 mil, CPL consolidado até 500 mil, CPL maduro até 750 mil. Como exemplo cita a CPL do Arroz de Guará, eles já nasceram com CPL madura, apresentaram projetos de até 750 mil. São projetos apresentados, com promoção do desenvolvimento regional, pesquisa e desenvolvimento, capacitação e treinamento, melhoria de infraestrutura, fortalecimento de governança, inovação de tecnologia e sustentabilidade ambiental. Jeferson finaliza sua apresentação, se colocando a disposição para perguntas e questionamentos. Presidente Juarez pergunta se podem ter etapas, por exemplo, fase 1, fase 2, fase 3? Jeferson responde que um projeto de fomento, custa 5 milhões de reais, é apresentado um plano de trabalho, planejamento estratégico. E, na hora que for apresentar no edital de fomento, o projeto, está na primeira fase, custa, por exemplo, 800 mil reais. Vai para a contrapartida, e pega o recurso para a primeira fase, depois vai atrás da segunda parte, e assim por diante. Então, o projeto permite isso, desde que consiga escrever isso no planejamento estratégico. Presidente Juarez pergunta quanto a



questão do CNPJ de produtores rurais, pode ser utilizado ou tem que ser de uma empresa?. Jeferson responde que o CNPJ precisa ser sem fins lucrativos, porque a ideia não é beneficiar o produtor. Com a palavra o conselheiro Vinícius Correa, que cumprimenta Jeferson “pela exposição de dividir mais essa possibilidade e grande iniciativa do governo do Estado. O secretário Guilherme Piaí falou que, em parceria com o desenvolvimento econômico, iriam entrar muito forte no agro, e estamos vendo o resultado disso tudo. Isso é ótimo, excelente. Principalmente o pequeno produtor precisa dessa contemplação através de um representante jurídico. A dúvida que o Juarez colocou foi muito pertinente, porque eu também tinha essa dúvida. O produtor rural tem um CNPJ de produtor rural que traz para ele N benefícios para aquisição de insumos. Ele goza de algumas prerrogativas por ter esse CNPJ e não paga nada por isso. Mas eu entendi que é necessário que seja uma entidade do terceiro setor, a princípio, sem fins lucrativos, mas que pode ter dentro do seu rol associados produtores com o seu CNPJ. Essa era uma dúvida. A segunda é a seguinte. Existem as etapas, conforme você colocou, mas, por exemplo, temos a cultura que São José foi a maior bacia leiteira do Vale do Paraíba em tempos idos. Hoje está migrando para o corte, mas ainda está quase meio a meio. Está forte o corte também, e o leite continua resistindo bravamente. E existe uma carência em São José dos Campos de termos uma oferta de cooperativas. Nós temos uma cooperativa, só que existem outras do Vale que vem buscar leite aqui. Danúbio, Comevap vem buscar leite em São José. Se vem, é porque alguma coisa está acontecendo. Existe uma possibilidade de uma união dos produtores para fortalecimento dessa cadeia e poder vislumbrar, através de um projeto, esse benefício. Mas e aquela cadeia produtiva que não é tradicional? Por exemplo, eu penso,

junto com alguns parceiros, e iniciamos uma discussão sobre a criação de ovinos em São José dos Campos. A nossa topografia, a nossa disponibilidade hídrica, a nossa fisionomia ambiental é muito favorável a isso, principalmente por conta do desdobro de pequenas propriedades. Existiria a possibilidade de se apresentar um projeto, mesmo que não tenhamos em nossa cidade a cultura e a tradição de termos vários produtores nesse sentido, mas, sim, de fomentar esse CPL, no caso, para ovinos?”. Jeferson responde que a princípio, precisa ter a produção, e a vocação daquilo que vai ser apresentado como projeto, a criação desse APL, e justificaria, por exemplo, um centro de abate para ovinhos e para fortalecer essa cadeia, dar condições. Com a palavra coronel Mauro, que diz “ter gostado do que foi falado referente ao leite, que sofre com isso, produz e manda para a Colacap, Serramar. Com referência ao que o Vinícius estava falando dos ovinos, para reforçar, o que nós temos aqui na nossa região são vários produtores e pequenos produtores não formalizados. Então eu tenho lá para consumo próprio, eu vendo para o meu vizinho, que vendo para o outro. Eu não consigo vender para um restaurante, porque vou chegar lá e não vou vender no mercado? Não posso porque não tenho o carimbo. Enfim, não tem tudo isso daí. Mas é um sonho. A gente está alinhado com isso daí. Quando você começou a falar, eu já peguei o Vinícius aqui, nós vamos formalizar alguma coisa. Vamos fazer alguma coisa, acho que no ovino é bem por aí o caminho, porque o que falta para nós aqui, nós somos um conjunto de pequenos proprietários. Uma coisa rentável. Nós saímos do leite. Os modelos de cooperativismo que nós temos aqui são modelos que todo mundo olha com desconfiança. Eu estive recentemente no Paraná, mais no Sul. Lá o modelo de cooperativismo é abrangente. Eu conversei com quatro

peessoas, em determinado trecho da viagem, num carro tinha quatro pessoas de quatro cooperativas diferentes. Lá é muito forte e a gente tem que se espelhar nisso, buscar isso. Eu acho que isso vem bem ao encontro daquilo que a gente está buscando e acho que vai dar certo. Jeferson deixa a disposição o site do SP Produz, aonde ele vai te direcionar para o portal. Lembra que o edital é anual, o de fomento acontece no segundo semestre. Ceronel Mauro pergunta se o sindicato pode ser o coordenador? Jeferson responde que pode ser a entidade gestora, onde ele também pode ter outras CPLs. Presidente Juarez passa a palavra para o conselheiro Rodrigo Lux, que cumprimenta a todos, parabeniza Jeferson pela apresentação, diz ser um excelente programa. Que, realmente, a força do pequeno a gente não vê, porque eles são dispersos e meio perdidos. Então, realmente, com apoio institucional, os organizando, acredita que os resultados serão fantásticos, serão alcançados. Pergunta se o programa fica dentro dos limites municipais ou pode ter projetos que abrangem mais de uma cidade?. Jeferson responde que o exemplo da CPL do PT. Tem empresas que fazem parte da cadeia produtiva que não são de São José, tem empresas que fazem parte da cadeia produtiva que não estão em São José. Isso é muito comum. Que, inclusive, é bacana adensar a cadeia. Como exemplo, cita a CPL ou vinicultura, produtores semelhantes os de Cunha, que querem fazer parte da CPL, podem ser adensados. Na região de Santo Antônio do Pinhal, Campo de Jordão, eles podem fazer parte da cadeia. Não há impeditivo. Rodrigo Lux diz fazer essa pergunta principalmente por conta de toda a experiência que tem do conselho rural, e da riqueza que temos na cidade, principalmente de pequenos produtores, que, às vezes, não é maioria, são únicos, mas eles precisam desse apoio. E, sobre a questão de usar o sindicato e o poder



público para isso, não seriam vários produtores daquilo, mas um organizado por meio do sindicato, extrapolando o limite municipal, é possível talvez vencer aquela barreira de ter um produtor apenas. Jeferson, responde que sim e que vai precisar só ter uma entidade gestora, qual é o papel da entidade gestora e o responsável que vai ter o trabalho de ler o edital, separar esses documentos, deixar tudo pronto, porque, na hora que o portal abre, tem que subir os documentos. O ano passado foi atípico, porque foi a mudança de APL para CPL, então, os prazos foram extremamente estrangulados. Uma semana apenas para cada uma das fases, prazo muito apertado. Com a palavra a conselheira Giane, que parabeniza Jeferson, pela didática e como está explicando. Que outros produtores em outras cidades podem participar se forem participar, para lembrarem que existe, do outro lado, uma pessoa que vai ler esse projeto e que tem a missão, nessa leitura, de identificar qual o impacto dessa CPL para o desenvolvimento econômico local. Então, se pegar o exemplo que o coronel e do Vinícius, deram de ter uma CPL de ovinocultura aqui em São José dos Campos, "façam isso, vão até Cunha, vão até os outros municípios, identifique quais são os produtos existem hoje, porque pensando também na manutenção da sustentabilidade a esse frigorífico que vai existir, mas o toque que eu queria dar para vocês, que é uma lição aprendida de várias pessoas que participaram do edital, inclusive a gente, é escrever pensando que quem vai ler entende do assunto e quem está lendo o projeto para a aprovação, para a pontuação dele, qual é o impacto desse CPL no desenvolvimento econômico local da região metropolitana no Vale do Paraíba?". Jeferson agradece a todos pela atenção. Presidente Juarez agradece Jeferson, pela excelente participação, agradece a secretária Marisa pela pauta que ajudou a montar e fez o meio

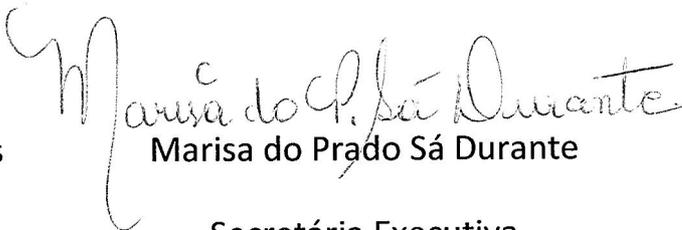


de campo, trazendo o Jeferson e pela organização". Presidente Juarez passa a palavra para Vinícius Correa do Ponto Rural passar um informe sobre a vacina nos bovinos. Vinicius informa que São José dos Campos é uma das pouquíssimas cidades do Brasil que vacina o seu rebanho gratuitamente. Que, além de vacinar, o produtor tem essa obrigação sanitária, mas a obrigação de declarar que vacinou e fazer a evolução do seu rebanho no sistema do governo do estado. Como ainda a conectividade da zona rural já existe através de cabo de fibra ótica e dados móveis, mas muitos produtores rurais têm um dificuldade extrema de lidar com informática, são pessoas que precisam de apoio para essas e outras e o Ponto Rural está de portas abertas para eles. Eles vão ao Ponto Rural, fazem o cadastro, informam o número de cabeças desse rebanho, fêmeas de 3 a 8 meses para serem vacinadas contra brucelose, e o rebanho total para ser vacinado contra raiva e manqueira. Nós não tem casos de brucelose mapeados, mas manqueira é uma doença muito recorrente. Então, para o produtor rural é importante que o rebanho esteja assistido com essa vacinação. A equipe de vacinação vão para as propriedades rurais, fazem essa vacinação com veterinários experientes, com gente capacitada, técnica, vacinam todo esse rebanho desse produtor e depois ele vai ao Ponto Rural para declarar essa vacinação. Lembrando que ele não é obrigado a vacinar o gado dele, pelo sistema do governo do estado, contra raiva e nem contra manqueira, apenas a brucelose e a febre aftosa, que já saiu do mapa do governo do estado, mas o prefeito Anderson Farias, tem o compromisso com a população de São José, de garantir a sanidade do nosso rebanho, em garantir essa questão sanitária para que isso não fuja ao controle. Que, nessa semana, através do Ponto Rural, onde mais uma vez aumento aumentou o número de doses de

vacinas. Foram aplicadas em torno de 4 mil aplicações até hoje, mas tem uma meta de 30.700 doses para serem aplicadas em São José para o rebanho bovino. Fêmeas de 3 a 8 meses, contra brucelose e o restante do rebanho contra raiva e contra a manqueira. Que, a prefeitura de São José, através do Ponto Rural, reforça o seu compromisso com o produtor rural para que ele não seja atendido só na questão documental, na questão da patrulha agrícola, na questão do INCRA, mas também na prática, para que o seu rebanho seja todo imunizado para que São José dos Campos tenha a garantia na qualidade da carne e do leite. Presidente Juarez agradece Vinícius, trabalho bacana do Ponto Rural, são raríssimas as cidades que fazem esse tipo de vacinação e de apoio ao produtor rural. Normalmente isso é por conta do próprio produtor. Nada mais a tratar Presidente Juarez encerra a reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.

Juarez Domingues de Vasconcelos

Presidente

  
Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva

